

AGROPALMA S.A.																			
Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 25, a Companhia fará parte de um processo de reestruturação societária, corroborando assim, a continuidade de suas operações bem como do caixa líquido a ser gerado em exercícios futuros.																			
2. Base de preparação																			
a) Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)																			
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).																			
As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria em 11 de abril de 2017.																			
b) Base de mensuração																			
As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.																			
c) Moeda funcional e moeda de apresentação																			
As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.																			
d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos																			
A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.																			
Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.																			
Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor justo de instrumentos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, valor justo de ativos biológicos, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.																			
3. Principais políticas contábeis																			
As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.																			
Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.																			
3.1. Instrumentos financeiros																			
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.																			
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais.																			
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são fornecedores, empréstimos e financiamentos, tributos a recolher, obrigações sociais e trabalhistas e partes relacionadas.																			
3.2. Caixa e equivalentes de caixa																			
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.																			
3.3. Reconhecimento de receita																			
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:																			
Venda de produtos, mercadorias e sucatas																			
A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando; (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.																			
Receita financeira																			
A receita financeira é reconhecida <i>pro-rata die</i> pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.																			
3.4. Impostos																			
Imposto de renda e contribuição social - correntes																			
Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.																			
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.																			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos																			
Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.																			
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.																			
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.																			
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.																			
Imposto sobre vendas																			
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:																			
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;																			
• Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e																			
• O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.																			
Os tributos (ICMS, INSS sobre faturamento, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.																			
3.5. Imobilizado																			
São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens as quais estão demonstradas a seguir:																			
<table><tr><th></th><th>Taxas anuais de depreciação</th></tr><tr><td>Máquinas e equipamentos</td><td>2,5% a 25%</td></tr><tr><td>Móveis</td><td>3,33% a 10%</td></tr><tr><td>Hardware</td><td>6,67% a 33,33%</td></tr><tr><td>Veículos</td><td>4% a 20%</td></tr><tr><td>Edificações e benfeitorias</td><td>1,43% a 10%</td></tr><tr><td>Instalações</td><td>1,67% a 6,67%</td></tr><tr><td>Ferramentas</td><td>5%</td></tr><tr><td>Cultura de dendê</td><td>4%</td></tr></table>			Taxas anuais de depreciação	Máquinas e equipamentos	2,5% a 25%	Móveis	3,33% a 10%	Hardware	6,67% a 33,33%	Veículos	4% a 20%	Edificações e benfeitorias	1,43% a 10%	Instalações	1,67% a 6,67%	Ferramentas	5%	Cultura de dendê	4%
	Taxas anuais de depreciação																		
Máquinas e equipamentos	2,5% a 25%																		
Móveis	3,33% a 10%																		
Hardware	6,67% a 33,33%																		
Veículos	4% a 20%																		
Edificações e benfeitorias	1,43% a 10%																		
Instalações	1,67% a 6,67%																		
Ferramentas	5%																		
Cultura de dendê	4%																		
Cultura de dendê correspondem às plantas portadoras (palmeira de dendê) que são exclusivamente utilizadas para cultivar os cachos de fruta de dendê.																			
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.																			
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.																			
3.6. Ativos biológicos																			
Os ativos biológicos correspondem aos cachos de fruta fresca da palmeira de dendê bem como os produtos agrícolas em desenvolvimento (cachos de fruta verde), produzidos nas fazendas localizadas no estado do Pará. Os ativos biológicos são utilizados como matéria-prima na produção de óleo de palma no momento de sua colheita.																			
Os ativos biológicos são inicialmente mensurados pelo valor justo, menos as despesas de vendas no momento da colheita, com base no preço de mercado e quaisquer variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Para fins de mensuração dos ativos biológicos, a Companhia considera os cachos de fruta fresca e em desenvolvimento no momento da colheita.																			
A Administração entende que na data base das demonstrações contábeis, o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, principalmente devido ao encerramento do período de colheita da safra que ocorre em janeiro de cada ano.																			
3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis																			
No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.																			
No exercício de 2016, a Administração entende que não há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda.																			
3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros																			
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.																			
O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.																			
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.																			
3.9. Provisões																			
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.																			
A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.																			
3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016																			
A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.																			
Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2016, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis anuais da Companhia.																			
A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:																			